

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA



Neste número

Informação Bibliográfica
Trabalhos publicados
em 1991

Vol.9/10
1991-1992

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Estratégias Económicas e Dinâmicas Familiares em Quatro Aldeias do Concelho de Coimbra: Antes e Depois do 25 de Abril

Fortunata Piselli

Università Degli Studi di Napoli «Federico II»

Dipartimento di Sociologia «Gino Germani»

Largo S. Marcellino 10 - 80138 Napoli - Itália

Resumo. As transformações sociais e económicas que se seguiram à revolução de 25 de Abril de 1974 são analisadas em quatro aldeias dos arredores de Coimbra. Nesta pesquisa de microanálise privilegiam-se as «histórias de vida» de algumas famílias em que se levou mais longe o inquérito preliminar, nomeadamente no que diz respeito aos referentes culturais.

O trabalho esclarece aspectos particulares da transformação social e económica, nomeadamente, os circuitos de produção para o autoconsumo, o processo de proletarianização assente na zona suburbana de Coimbra e as estratégias de acesso à terra.

Palavras chave: Autoconsumo; Proletarianização; Camponeses; Assalariados.

Résumé. Les transformations sociales et économiques qui ont suivi la révolution du 25 avril 1974 sont analysées dans quatre villages aux alentours de Coimbra. Dans cette recherche de microanalyse ont été privilégiées les «histoires de vie» de quelques familles, chez lesquelles les enquêtes préliminaires ont été poussées plus loin, notamment pour ce qui concerne les référents culturels.

Ce travail éclaire certains aspects particuliers de la transformation sociale et économique, notamment les circuits de production pour l'autoconsommation, le processus de prolétarianisation dans la zone suburbaine de Coimbra et les stratégies d'accès à la terre.

Mots-clefs: Autoconsommation; Prolétarianisation; Paysans; Salariés.

Este ensaio analisa as estratégias económicas de indivíduos e grupos familiares em quatro aldeias do concelho de Coimbra, no quadro das alterações que se verificaram a nível político após a revolução de 25 de Abril de 1974.

A investigação foi efectuada em duas alturas sucessivas: nos anos 1971-1973 e, depois da revolução de 25 de Abril de 1974, nos anos 1983-1989⁽¹⁾. A primeira fase da investigação tinha como objectivo fundamental o conhecimento pormenorizado da estrutura demográfica e das condições de vida e de trabalho da população⁽²⁾. As

⁽¹⁾. Comecei o trabalho cujos resultados são em parte apresentados neste ensaio, em 1970, altura em que o Graal de Coimbra me convidou para coordenar uma investigação sociológica nalgumas aldeias do concelho. O Graal, inspirando-se no ensino e na experiência de Paulo Freire no Brasil, começara nas aldeias, com um grupo de estudantes universitários, um programa de alfabetização-consciencialização e queria dar uma base científica ao trabalho através dum estudo sociológico. Nos anos de 1971 a 1973 foi realizado o primeiro inquérito com o método do questionário entre os habitantes das aldeias. Retomei o trabalho de campo em 1983 e continuei-o até 1990. Duas pessoas permitiram-me levar a cabo o projecto: Manuela Afonso, do Graal, que teve responsabilidades directas na coordenação do trabalho dos entrevistadores e foi a minha principal colaboradora em ambas as fases da investigação; o Professor Manuel Laranjeira Rodrigues de Arcia, Presidente de Direcção do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, que me proporcionou o suporte científico e logístico do seu Instituto. A investigação foi realizada graças ao apoio financeiro de duas Instituições: em Portugal a Fundação Calouste Gulbenkian que financiou o programa do Graal e suportou o encargo financeiro das entrevistas em ambas as fases da investigação; em Itália, o CNR que me permitiu efectuar estadias de estudo em Portugal desde 1983 até 1990, no âmbito do acordo de cooperação científica para o intercâmbio de investigadores entre o CNR e o INIC.

Juntei os resultados globais da investigação numa monografia à qual faço referência para qualquer aprofundamento da realidade social, económica e política das quatro aldeias, e para qualquer aprofundamento empírico e bibliográfico: Fortunata Piselli, *Medio Occidente*, Venezia, Marsilio Editori, 1991.

⁽²⁾. Durante a primeira fase da investigação, nos anos de 1971-1973, depois de numerosos inquéritos-piloto destinados à sua preparação e aperfeiçoamento, elaborámos um questionário que, além de recolher todos os dados individuais de identificação (sexo, idade, estado, título de estudo, local de nascimento, emprego, mobilidade geográfico, etc.) deveria fornecer todas as informações possíveis acerca das condições de vida e de trabalho e das relações sociais dos habitantes das aldeias. Dado o tipo particular de informação que queríamos obter e as hipóteses particulares que queríamos verificar, seria impossível utilizar algum processo de amostragem sem alterar a exigência fundamental desta parte da investigação, que visava acima de tudo uma análise quantitativa de massa, aprofundada, pormenorizada e sistemática. Submetemos portanto o questionário a toda a população das aldeias: 223 famílias (809 pessoas) em Almalaguês, 206 famílias (701 pessoas) em Antanhol, 312 famílias (1128 pessoas) em Eiras-Casais, 262 famílias (968 pessoas) na Adémia. Ao retomarmos o trabalho dez anos mais tarde, repetimos a investigação feita anteriormente. Introduzimos algumas modificações no questionário, mas acrescentámos uma nova série de perguntas relativas aos eventos da revolução e às alterações ocorridas. Para tornar o mais possível fidedigna e significativa a comparação com a investigação realizada anteriormente, achámos oportuno submeter o novo questionário a toda a população. Isto foi possível em Almalaguês e em Antanhol onde responderam ao questionário 90-95% da população (os restantes estavam ausentes por férias ou por outros motivos); inquirimos 216 famílias (716 pessoas) em Almalaguês e 174 famílias (639 pessoas) em Antanhol. No caso de Eiras e da Adémia, dadas as dimensões maiores das aldeias, julgámos suficiente o elevado grau de representatividade que poderia proporcionar um sistema de amostragem por

aldeias foram escolhidas de modo a serem representativas de todo o concelho mas, de acordo com as linhas duma possibilidade da mudança, foram excluídas as mais marginalizadas. Os habitantes de Almalaguês (população de 809 indivíduos, 223 famílias)⁽³⁾, uma aldeia situada numa colina a 12 quilómetros da cidade, estavam ainda ligados a modos de vida rural e só em mínima parte se ofereciam no mercado do trabalho da cidade. Os habitantes de Antanho, Eiras e Adémia, pertencentes à mais próxima cintura urbana⁽⁴⁾, em mais de metade dos casos ganhavam a vida trabalhando nas fábricas e nos serviços de Coimbra. Muitos deles percorriam a pé os cinco-seis quilómetros que os separavam da cidade, porque os salários que ganhavam eram tão baixos que não lhes permitiam suportar os custos dos transportes públicos e/ou particulares. Integravam as escassas receitas da indústria com as actividades agrícolas de autoconsumo. O desenvolvimento da indústria baseava-se precisamente numa ampla disponibilidade de força de trabalho de baixo custo, continuamente renovável, que não contava apenas com o salário para calcular os seus custos de reprodução.

Em cada três famílias, duas viviam em casas obsoletas e insalubres: amontoavam-se em habitações de 1-2 quartos, sem água, sem serviços sanitários, em muitos casos até sem luz. Alimentavam-se pouco e mal. O analfabetismo atingia 90% nas classes etárias mais idosas.

Estava a decorrer um processo de proletarização, conexo com o desenvolvimento industrial de Coimbra, que atraía um número cada vez maior de habitantes procedentes das aldeias das redondezas, criando inevitavelmente condições de concorrência entre os trabalhadores locais e um processo de pauperização cada vez

áreas, com base numa escolha racional. Limitámos portanto a investigação às famílias residentes em certas zonas das aldeias, consideradas representativas da globalidade do universo e significativas no respeitante às exigências comparativas da investigação. Adoptámos contudo critérios o mais possível «extensivo» o que permitiu cobrir, de facto, 70% da globalidade do universo em Eiras-Casais (233 famílias - 762 pessoas) e 60% da globalidade do universo na Adémia (156 famílias - 533 pessoas). O erro de amostragem, devido à dimensão da amostra, pode ser considerado absolutamente sem relevância.

⁽³⁾. Os dados referidos dizem respeito à população abrangida pelo nosso inquérito, resultando pouco inferiores aos dados oficiais segundo os quais a população presente na aldeia de Almalaguês, quando do recenseamento de 1970, era de 919 pessoas, num total de 259 famílias (fonte: Câmara Municipal de Coimbra, *Estudos Prévios*. Plano Director Municipal, 1984). Considere-se que os dados dos recenseamentos da população são publicados só a nível da freguesia; os relativos às aldeias encontram-se, em fichas manuscritas, no Arquivo do INE.

⁽⁴⁾. Antanho está situada a 6 Km de Coimbra; em 1971 viviam na aldeia 206 famílias que perfaziam uma população 702 indivíduos. Eiras e Adémia estão situadas, respectivamente, a 5 e 4 km de Coimbra. Eiras (abrangendo também o lugar da Casais) tinha uma população de 1128 indivíduos (312 famílias) e Adémia 968 indivíduos (262 famílias). Tal como para Almalaguês, os dados referem-se à população abrangida pelo nosso inquérito (cf. nota 2 acima). Julgamos tais dados mais fidedignos do que os indicados pelas fontes oficiais que no caso de Antanho, por exemplo, limitam a população presente na aldeia, quando do recenseamento de 1970, somente a 291 indivíduos, no total de 87 famílias (fonte: *Estudos Prévios*, cit.).

mais marcado nas fileiras dos proletários. A cidade permanecia uma realidade estranha, com escasso poder de integração quer do ponto de vista cultural quer da comunicação.

Dez anos após a revolução de 25 de Abril de 1974, depois de passada a altura das «roturas» mais espectaculares, julgámos oportuno repetir a investigação efectuada anteriormente, para estabelecer uma comparação entre a situação, tal como se apresentava nas vésperas da revolução, e a que tinha surgido nos dez anos seguintes e para averiguar de que maneira os habitantes tinham encarado e vivido a experiência daquela que pode ser, sem dúvida, definida a maior revolução político-social do seu país.

Os resultados da análise permitiram construir um quadro completamente modificado. As aldeias foram atingidas por um processo de alteração profunda das suas condições materiais de vida, apresentando características vincadas de integração na mais ampla realidade urbana. A rede viária, os meios de comunicação, a maior facilidade e continuidade das relações com a cidade, a satisfação das necessidades primárias, a abertura para novos modelos de consumo, a tendência para a escolarização das novas gerações foram os factores mais aparatosos e significativos da mudança.

Estas transformações são o resultado, dentro dum contexto político mudado, do livre movimento das estratégias individuais para direcções diferentes: os habitantes de Almalaguês inseriram-se em medida cada vez maior no mercado do trabalho da cidade sem diminuir, aliás intensificando, as actividades de autoconsumo; os habitantes de Antanhol, Eiras e Adémia, embora continuando a trabalhar para um salário, aproveitaram todas as novas vias de acesso às actividades independentes e de autoconsumo.

Está a decorrer um processo de desproletarização — através da diversificação das actividades económicas e da importância cada vez maior das actividades de autoconsumo — que parece estar na base de todo o sucesso alcançado e que favoreceu a consolidação duma maior prosperidade difusa entre os habitantes. Queremos dizer que não se verifica nenhum daqueles sintomas de deterioração e de decadências do tecido económico e social que os indicadores macroeconómicos e político-administrativos fazem supor⁽⁵⁾. Com efeito, a análise dos factos sociais permite-nos entrever um

(5). Consideramos com ponto de referência os dois volumes colectâneos sobre os dez anos de transformação social em Portugal depois do 25 de Abril, que constituem a melhor síntese de todas as avaliações feitas a este respeito (Colóquio *Portugal 1974-1974. Dez anos de transformação social*, em «Revista crítica de ciências sociais», 1º volume, n.os 15-16-17, Maio de 1985, 2º volume n.os 16-19-20, Fevereiro de 1986).

Sob o ponto de vista político, as aspirações e os programas dos iniciadores da revolução fracassaram nos seus efeitos macroscópicos: nunca se realizou a terceira via socialista, capaz de construir um modelo de sociedade alternativa tanto em relação aos das sociedades industriais adiantadas do mundo capitalista como em relação aos modelos político-sociais das chamadas democracias populares.

O fracasso do radicalismo desse projecto político foi-se juntar — numa correlação de causalidade e de consolidação recíproca ao fracasso do projecto de desenvolvimento económico que, no intuito dos seus iniciadores, deveria garantir a realização dos ideais de transformação da vida e da

nível de microalterações ligadas a uma diferente maneira de as pessoas se coligarem, que não pode ser demonstrada a nível de grandes generalizações: trata-se do resultado duma acumulação de microalterações políticas, económicas e sociais que se combinaram e entrelaçaram, e que podem ser compreendidas somente no âmbito do tecido social que lhes serviu de base e que as tornou possíveis.

Analizamos as dinâmicas familiares e as estratégias económicas de indivíduos e grupos dentro deste processo, partindo da situação dos anos anteriores ao 25 de Abril.

A Aldeia Camponesa de Almalaguês e os Circuitos da Produção para o Autoconsumo

Almalaguês era uma aldeia de camponeses que em 71,8% dos casos arrendavam ou cultivavam terras de que eram proprietários; em mais que metade dos casos, da exploração do seu pequeno estabelecimento agrícola não tiravam o suficiente para viver e complementavam os seus proventos com a venda de força de trabalho aos grandes proprietários ou com outras actividades ligadas aos serviços e à indústria. A expansão urbana e económica de Coimbra, pelo menos desde há vinte anos para cá, tinha proporcionado, até às aldeias relativamente mais afastadas tais como Almalaguês, as ocasiões de trabalho e no decurso dos últimos dez anos tinha-as multiplicado: os operários constituíam 21,5% da força de trabalho masculina nas classes etárias mais novas (entre os homens de 14 a 25 anos, os operários representavam 45,0%).

Com certeza o desenvolvimento da procura de trabalho industrial e as novas oportunidades proporcionadas pelo mercado tinham causado no decurso dos anos uma alteração da proporção entre as duas verbas do balanço das famílias dos trabalhadores, representadas pela terra e pelo trabalho assalariado, mas sem a ter completamente invertido. A agricultura para o autoconsumo continuava a representar uma fonte importante do «lançamento em comum» dos rendimentos familiares. Os agregados domésticos com maior difusão, que chegavam a 89,2%, eram «mistos» e entre eles, em 89,% dos casos, uma verba das receitas era constituída pelos rendimentos de autoconsumo, ao passo que os agregados domésticos proletarizados, isto é os que tiravam os seus rendimentos somente das actividades assalariadas, constituíam apenas 10,8% (tabela 1).

sociedade portuguesa. A crise económica que o país atravessava dificultou o processo revolucionário e fez malograr as expectativas dum melhoramento substancial do nível socio-económico, político e cultural das massas dos trabalhadores, e constituiu um perigo contínuo para as próprias conquistas democráticas do 25 de Abril. Dez anos mais tarde, todos os indicadores económicos demonstram que não houve crescimento a nível macroeconómico. A crise influenciou sobretudo, de maneira negativa, as políticas macroeconómicas de distribuição visadas pelos primeiros governos revolucionários a favor das massas mais desamparadas. Nos dez anos a seguir à revolução as conquistas dos trabalhadores foram invalidadas ou redimensionadas sistematicamente, regressando-se nalguns casos a níveis até piores que os anteriores ao 25 de Abril.

Tabela 1. Tipologia dos agregados domésticos em 1971 e em 1986

agregados domésticos	Aldeias							
	1971				1986			
	Almalaguês	Antanhol	Eiras	Adémia	Almalaguês	Antanhol	Eiras	Adémia
<i>proletários</i>	10.8	43.2	61.5	66.0	6.9	39.1	39.1	48.7
<i>mistos</i>	89.2	56.8	38.5	34.0	93.1	60.9	60.9	51.3
<i>Total</i>	100.0	100.0	100.	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
<i>Número de casos</i>	223	206	312	262	216	174	233	156

A estrutura produtiva de Coimbra, ainda fraca e escassamente competitiva, baseara o seu desenvolvimento precisamente na disponibilidade de força de trabalho e nos seus baixos custos; o trabalhador não somente podia ser despedido nas alturas de crise do mercado, mas até quando vendia o seu trabalho em troca dum salário via-se obrigado a vendê-lo por um preço tão baixo que se encontrava na necessidade de cobrir os custos da sua reprodução com o trabalho realizado no âmbito do agregado doméstico.

A terra continuava portanto a ser um recurso vital na gestão da economia doméstica: cada filho, embora fosse levado a procurar novas saídas na indústria, considerava indispensável, na altura em que constituía uma família própria, o suporte da agricultura. O sistema de herança que estabelecia a subdivisão dos bens possuídos em partes iguais entre todos os filhos, sem distinguir entre varões e mulheres, favorecia o fraccionamento progressivo da propriedade, à medida que as gerações se sucediam. Por conseguinte, a exigência específica de salvaguardar uma relação com a terra impunha que se evitasse a sua fragmentação além de certos limites. As famílias (graças à expansão do trabalho assalariado) ficavam menos condicionadas pela necessidade de refrear a formação de novos núcleos através das limitações matrimoniais mas para este fim aplicavam outros critérios correctivos. Podiam investir as poupanças do trabalho industrial na compra de novas parcelas recortadas nas propriedades rústicas maiores; embora a área de recrutamento dos esposos fosse mais ampla em relação à área circunscrita de trinta ou quarenta anos antes, continuava a seguir políticas matrimoniais estritamente endogâmicas; também as mulheres que concorriam à herança com os mesmos direitos dos filhos varões, ao casarem levavam mais tarde ou mais cedo, para a família do marido, a sua quota-parte de herança. As famílias da camada médio-superior aplicavam elementos correctivos ao princípio da rigorosa divisibilidade igualitária, adoptando critérios de «divisibilidade preferencial» (um filho recebia um quinhão maior e privilegiado do património, alguns filhos recebiam uma compensação em dinheiro, etc.)⁽⁶⁾. Finalmente, e acima de tudo, os filhos que herdavam muitas vezes uma propriedade indivisa, em muitos casos

⁽⁶⁾. Acerca do princípio de «divisibilidade preferencial», cf. L.K. organização Berkner - F.F. Mendels, *Sistemi di eredità, struttura familiare e modelli demografici in Europa (1700-1900)*, em M. Barbagli de *Famiglia e Mutamento sociale*, Il Mulino, Bologna, 1977, págs. 219 e seguintes.

continuavam a conservá-la nessa forma durante gerações sucessivas: desta maneira a terra ficava sujeita a um controlo e a uma circulação contínua no âmbito do parentesco.

As famílias de Almalaguês completavam os rendimentos agrícolas e do salário com as receitas da tecelagem praticada em casa. A tecelagem era uma especialização exclusivamente feminina, que se transmitia de geração em geração; as tecedeiras constituíam 71,9% da população feminina activa. E também as mulheres que se declaravam domésticas exerciam, esporadicamente ou tinham exercido no passado, o trabalho de tecelagem. A fragmentação enorme do trabalho de tecelagem praticado em casa pode ser explicada tendo em conta as suas características fundamentais: uma produtividade muito baixa e, por conseguinte, um nível quase irrisório dos lucros. Por esta razão as tecedeiras viam-se obrigadas a complementar a sua actividade no tear com outras receitas e de facto, quase na totalidade dos casos, praticavam em complementaridade os trabalhos agrícolas. O próprio ritmo sazonal da tecelagem era determinado pelo ritmo dos trabalhos do campo; no inverno a tecedeira trabalhava ao tear e nos meses da boa estação deixava-o para tomar conta das fainas agrícolas. A extraordinária fragmentação do trabalho da tecelagem era devida também à existência da dificuldade objectiva, por parte das tecedeiras, de organizarem uma resposta suficientemente uniforme perante as exigências do mercado. Com efeito, apesar de as tecedeiras serem numerosíssimas, o controlo dos canais de comercialização dos produtos estava nas mãos de poucas mulheres, as chamadas *intermediárias* (de facto, empresárias). Por um lado é verdade que a tecedeira não trabalhava somente por conta da intermediária, podendo vender uma parte dos produtos directamente aos clientes vindos ocasionalmente da cidade ou a algum cliente habitual do campo, tratando porém sempre quantidades muito limitadas. De facto as intermediárias tinham a gestão das relações externas da comunidade com vista às operações de venda dos produtos e cuidavam de manter e abrir novos canais de comercialização em Coimbra, nas aldeias do distrito e mais além.

O trabalho assalariado absorvia somente uma porção sem relevância da mão-de-obra feminina; as operárias representavam apenas 1,1%, sendo todas elas jovens e solteiras. A fábrica, devido ao seu afastamento da casa e ao horário rigoroso não se podia conciliar com o papel familiar nem com o papel produtivo da mulher de Almalaguês. Esta só se podia dedicar à tecelagem se a respectiva actividade se fazia em casa, porque só assim podia cuidar simultânea e/ou alternativamente dos trabalhos domésticos e da lavoura. O trabalho de tecelagem das mulheres era fundamental para as finalidades do equilíbrio familiar e pode ser interpretado como a expressão (entre outras) do condicionamento que a cultura social exercia nos modelos de emprego feminino, e também como uma estratégia de resistência da comunidade perante o processo de desagregação induzido pelo desenvolvimento industrial.

As Aldeias Operárias de Antanho, Eiras, Adémia e os Processos Incipientes de Proletarização

Vamos tratar agora das aldeias operárias da cintura mais próxima, Antanho, Eiras e Adémia, procurando esboçar as linhas do diferente modelo evolutivo que estava a vingar em relação à expansão da indústria.

As actividades retribuídas com um salário tinham uma importância crescente em comparação com as actividades de autoconsumo; mais de metade da população tanto masculina como feminina trabalhava na indústria ou estava nos serviços e nas actividades de emprego. A economia prevalente nas famílias era, já então, do tipo assalariado. Os agregados domésticos «proletários» cuja única fonte de rendimentos era o salário (que em Almalaguês constituíam 10,8%, em Eiras constituíam 61,5% e na Adémia 66,0%, e até em Antanol, onde a tradição do trabalho independente se afigurava mais persistente, os agregados domésticos «proletários» constituíam 43,2% (tabela 1). Não tinham sequer a posse duma habitação. Em Antanol 62,6% das famílias ainda viviam em casas próprias, mas em Eiras 54,8% e na Adémia 56,1% viviam em casas de aluguer, verdadeiros casebres que os proprietários alugavam por 600-700 escudos por mês, uma terça parte do salário dum operário.

A proletarização não era um processo que progredia sem contrastes. O salário era tão baixo que não podia constituir a fonte exclusiva de sustento e o trabalhador fazia todo o esforço possível para a diversificação, para além do único emprego de operário. Antes de tudo procurava manter uma relação com a terra. O objectivo permanente das famílias era o de garantir um equilíbrio entre recursos diferentes: com base nestas exigências moldava a subdivisão das suas funções internas. A falta de linearidade do abandono da actividade agrícola por parte das mulheres, ao contrário dos homens, sugere-nos que, à medida que diminuía com a idade a percentagem de força de trabalho masculina na agricultura, a feminina tinha a tendência para a substituir e integrar. A relação com a terra estava portanto salvaguardada por uma modificação da subdivisão do trabalho no interior da família, que levava as mulheres a intensificarem as actividades agrícolas⁽⁷⁾. As mulheres trabalhavam na fábrica enquanto solteiras e, depois do casamento e do nascimento dos filhos, deixavam o trabalho para se dedicarem, além das tarefas domésticas, à horta e aos animais⁽⁸⁾.

A relação com a terra e o autoconsumo eram o meio principal de diversificação dos rendimentos, embora não fossem o único. Uma segunda estratégia destinada a garantir rendimentos distintos, quanto à sua procedência, visava o aproveitamento de oportunidades de trabalho em casa, em adição ao trabalho estável da fábrica.

⁽⁷⁾. As mulheres empregadas em actividades a tempo reduzido ou em actividades independentes (agrícolas, em 90% dos casos) constituíam 49,4% em Antanol, 31,1% em Eiras e 24,5% na Adémia. Tratava-se de mulheres de operários ou assalariados nos serviços em 52,9% dos casos em Antanol, 51,8% na Adémia e 58,2% em Eiras.

⁽⁸⁾. Entre as mulheres casadas, só uma percentagem mínima desempenhava uma actividade a tempo inteiro fora de casa (19,8% em Antanol, 17,7% em Eiras e 22,7% na Adémia) ao passo que a maioria eram domésticos (30,2% em Antanol, 48,4% em Eiras e 51,5% na Adémia). Estes dados são confirmados pela análise do emprego por classe etárias: entre as mulheres da primeira classe (14-25 anos), geralmente solteiras ou recém-casado sem filhos, a percentagem de operárias atingia o nível mais elevado: 59,1% em Antanol, 84,1% em Eiras e 63,5% na Adémia (ao passo que nas classes etárias sucessivas baixava, respectivamente, para 38,3% e 18,9% em Antanol, para 58,3% em Eiras e para 45,7% e 33,4% na Adémia).

Finalmente, o terceiro meio de resistência contra a dependência exclusiva do salário consistia em exercer uma actividade comercial: eram sobretudo os «forasteiros» os que conheciam os meios para organizar um rápido sucesso e pudemos observar a grande influência das mulheres na vida do comércio: as iniciativas neste campo eram prevaletentes, quando não exclusivamente, femininas.

Todas estas estratégias restituíam um novo perfil aos agregados domésticos. Os «mistos» que além do salário podiam contar com rendimentos de capital e de autoconsumo em Antanol constituíam 56,8% e também em Eiras e Adémia, onde a economia familiar baseada no salário tinha maior difusão, os agregados domésticos «mistos» constituíam respectivamente 38,5% e 34,0% (tabela 1).

As estratégias de defesa contra a dependência exclusiva do salário concretizavam-se em praxes familiares cuja condição básica continuava a ser a coesão entre os componentes. Em primeiro lugar, havia a colaboração entre cônjuges. Toda a actividade independente baseava-se tanto no trabalho da mulher como no do marido. As actividades praticadas por homens e mulheres, por muito que fossem diferentes os papéis, eram complementares. As mulheres dos artesãos especializados que exerciam a sua actividade em casa, normalmente, prestavam assistência ao marido compartilhando o seu trabalho. Também o comércio e todas as actividades ambulantes e de transporte das mercadorias eram exercidas conjuntamente pelo marido e pela mulher e naturalmente as crianças, assim que estivessem em condições de andar, ficavam englobadas em todos os aspectos da actividade dos adultos. Em segundo lugar, procurava-se preservar a estrutura extensa da família, que permitia visar estratégias de diferenciação produtiva mais amplas do que as da família nuclear. É verdade que as redes da cooperação entre famílias se estendiam muito além dos limites do restrito núcleo co-residente, mas parecia haver ainda alguma relação entre a estrutura do agregado doméstico e as possibilidades de diversificação económica: nas famílias com rendimento «misto» a tipologia extensa apresentava uma percentagem maior em comparação com as famílias com rendimento procedente de salário (em Antanol tínhamos, respectivamente, 23,1% e 14,6%; em Eiras 17,5% e 14,6%; na Adémia 12,4% e 10,4%).

Em terceiro lugar, as famílias proprietárias procuravam realizar estratégias de «divisibilidade preferencial» para contrastar a tendência para o fraccionamento das propriedades rústicas devido à sucessão hereditária (que, tal como em Almalaguês, previa a partilha dos bens possuídos em partes iguais entre todos os filhos, sem distinção entre varões e mulheres). Finalmente, procurava-se realizar estratégias de controlo demográfico, através da redução da taxa de formação de novos núcleos e, por isso mesmo, da taxa dos nascimentos⁽⁹⁾.

⁽⁹⁾. Tudo isto se reflectia na curva da idade ao primeiro casamento: proprietários, artesãos, comerciantes e empregados concluíam as suas estratégias matrimoniais numa idade mais elevada do que os operários e tinham um número inferior de filhos. Não temos dados a este respeito, mas todos os testemunhos levam a supôr uma taxa mais elevada de solteiros entre as famílias superiores em comparação com as das camadas inferiores.

Tais estratégias de controlo económico e demográfico encontravam todavia margens de manobra cada vez mais reduzidas dentro do contexto das alterações em curso, e só podiam ser visadas pela restrita faixa de famílias da classe médio-superior. As pressões externas e as exigências do mundo do trabalho introduziam, no interior da unidade doméstica, elementos de desequilíbrio que lhe deterioravam progressivamente a coesão interna e a autonomia económica. O primeiro elemento de desequilíbrio era constituído pela forte e constante imigração de trabalhadores vindos de outras zonas do país; esta imigração mantinha, até nos períodos de ponta do trabalho industrial, condições de desemprego entre os trabalhadores locais e deste modo alimentava a sua mobilidade e a concorrência interna. Em Almalaguês a quase totalidade da população nascera e vivera na aldeia, mas as três aldeias da cintura mais próxima da cidade conheceram toda a espécie de alterações demográficas, devidas à vinda contínua de recém-chegados. Em Antanhol 43% da população nascera fora da aldeia, na Adémia 40,3% e em Eiras, embora esta aldeia apresentasse uma maior estabilidade do perfil demográfico, 21,5%. O número de homens «novos» presentes aumentava constantemente: em Antanhol 29,5% da população vivia na aldeia havia menos de dez anos, na Adémia 28,9% e em Eiras 10,6%. Muitos dos imigrados temporários acabavam por se tornar residentes estáveis, procurando nesse caso uma relação com a terra e exercendo pressão sobre um recurso que, em relação à população, já se encontrava em equilíbrio precário.

Tais processos, juntamente com os impulsos de concentração e exploração da propriedade agrícola e da indústria, tornavam difícil manter unidos os componentes da família em volta dum projecto económico comum e, favorecendo a sua autonomização, tendiam antes a dispersá-los no mercado do trabalho urbano. Em grande parte dos núcleos, já então, a tendência para o fraccionamento da propriedade rústica através da sucessão hereditária procedia sem contrastes: cada filho que tinha a tendência para alcançar a sua própria actividade económica independente recebia um quinhão da propriedade dos pais e, ao casar, já ia estabelecer-se por conta própria. E a divisão ilimitada da terra, não havendo a possibilidade de pôr em acção mecanismos de contraste, reduzia de facto até as aniquilar, as possibilidades de satisfazer as exigências de autoconsumo das famílias. Já então a posse da terra se reduzia, no caso de duas famílias em cada dez, somente à horta, e cinco em cada dez não possuíam sequer horta.

Os comportamentos demográficos reflectiam e condicionavam, por sua vez, os processos em curso. A idade média ao primeiro casamento tendia a baixar quer para os homens quer para as mulheres, e as novas orientações nas estratégias matrimoniais evidenciavam uma redução das núpcias consanguíneas e da taxa de endogamia residencial.

Os impulsos e os contrastes relativos à subdivisão aumentavam e criavam situações que vincavam e intensificavam os processos de pauperização. Se o salário do chefe de família não garantia a subsistência, até os agregados domésticos proletários adoptavam estratégias de «lançamento em comum» dos rendimentos; o trabalho das mulheres e dos filhos era necessário e havia expectativas específicas neste

sentido. Mas, conforme resulta pela reconstrução dos ciclos da família, havia uma fase crucial que coincidia com o nascimento dos filhos (altura em que faltava a contribuição das mulheres obrigadas a deixarem o trabalho, precisamente na fase em que o peso económico da família se tornava mais oneroso) e aumentava até à entrada do primogénito na vida laboral. Era esta a altura em que o marido podia ser levado a emigrar ou em que se manifestavam e acentuavam os processos de pauperização.

Depois do 25 de Abril

Os Camponeses de Almalaguês Intensificam as Actividades Assalariadas

Vejamos agora como se modificaram as estratégias de vida e de trabalho das nossas aldeias no quadro das alterações que se verificaram a nível político, nos dez anos a seguir à revolução de Abril.

Os habitantes de Almalaguês aproveitaram todas as ocasiões oferecidas pelo mercado para ganhar um salário isto é, para terem uma garantia de subsistência para além das actividades de autoconsumo. Inseriram-se em número cada vez maior no mercado do trabalho urbano.

A percentagem de trabalhadores agrícolas no total da população masculina activa reduziu-se drasticamente (desceu desde 49,8% até 16,6%), ao passo que a percentagem de operários e assalariados nos serviços chegou quase ao dobro e a percentagem dos empregados aumentou dez vezes, subindo de 1,3% para 11,1%. Também as mulheres entraram em medida crescente na população concentrada e puderam empreender novos percursos de emprego. A percentagem das operárias no total da população activa feminina subiu de 1,% para 6,%; a percentagem das assalariadas, de 3,4% para 4,7% as empregadas, ausentes no levantamento anterior, representavam 7,4%.

A entrada do camponês no emprego dependente não implicou de forma alguma o abandono por parte dele das actividades de autoconsumo. Cada um deles, quer empregado nos níveis superiores ou inferiores, quer operário simples ou qualificado, ao lado do trabalho dependente continua a exercer também o trabalho agrícola. Entre as oportunidades proporcionadas pelo mercado, quando teve a possibilidade de o fazer, privilegiou os empregos que melhor condiziam com o duplo trabalho: a actividade de bombeiro, empregado dos correios, guarda, guarda de penitenciária, etc. Estas opções tornaram-se possíveis graças a uma sólida tradição familiar e comunitária em virtude da qual alguns empregos (é significativo o de bombeiro) se tornaram terreno de caça exclusivo desta aldeia.

A mais vincada dependência do mercado do trabalho não implicou nenhum redimensionamento das actividades de autoconsumo, antes pelo contrário pôs em acção uma tendência contrária: actuou como suporte de actividades autónomas e de iniciativas independentes, e consolidou as bases da segurança económicas das famílias por meio da propriedade da casa e da terra. Os agregados domésticos «proletários»

diminuíram de 10,8% para 6,9%. Os agregados domésticos «mistos» que contam para o seu rendimento não somente com os salários mas também com as receitas das actividades independentes e de autoconsumo aumentaram desde 89,2% até 93,1% (tabela 1).

Quais foram os mecanismos através dos quais as famílias puderam alcançar um maior acesso à propriedade da terra? A maior redistribuição das terras é, em parte, uma consequência das normas do sistema de herança que tendem a favorecer a fragmentação progressiva das pequenas parcelas com o decorrer das gerações. Mas a difusão da pequena propriedade rústica é também a consequência duma circulação mais intensa da terra que se tornou acessível a um maior número de famílias. O mercado da terra, apesar de ter sido sempre activo, intensificou-se muito mais nos anos imediatamente posteriores à revolução: as 280 compras e vendas de terrenos dos seis anos anteriores à revolução (1969-1974) subiram para 367 nos seis anos sucessivos (1975-1980), para depois se estabilizarem novamente nos níveis precedentes (257 compras e vendas no período 1981-1986). O mesmo aconteceu com as heranças e as doações: as 117 dos seis anos anteriores à revolução subiram para 194 nos seis anos sucessivos, para depois se estabilizarem novamente, tal como as compras e vendas, nos níveis precedentes (131 entre 1981 e 1986)⁽¹⁰⁾.

Uma grande parte das compras e vendas, como de costume, diz respeito a pequeníssimas parcelas da terra que circulam no âmbito dos grupos parentais e de vizinhos (expressão de lógicas de emergência e/ou de emparcelamento); mas há também parcelas que, em medida crescente, foram destacadas nas maiores propriedades agrícolas; além disso, algumas famílias chegaram a comprar pequenas parcelas para além dos limites administrativos da freguesia.

Naturalmente a maior difusão da pequena propriedade tornou necessário evitar, mais do que dantes, a sua excessiva fragmentação; esta exigência reflecte-se numa série de mecanismos de gestão familiar com variações que diferenciam as atitudes entre grupos e indivíduos no âmbito da estratificação. Em primeiro lugar, tal como dantes e sobretudo nas famílias da camada médio-superior, visam-se estratégias de «divisibilidade preferencial»; em segundo lugar, põem-se em acção lógicas de emparcelamento; em terceiro lugar, mantém-se a propriedade indivisa entre irmãos, o que garante o uso e a circulação da terra no âmbito do grupo parental; finalmente, apesar de ter diminuído a idade média ao primeiro casamento quer de homens quer de mulheres, visam-se estratégias de endogamia residencial. Com efeito, apesar de uma ligeira dilatação do mercado matrimonial, a escolha da esposa continua a fazer-se no âmbito da unidade residencial: 65% das uniões celebradas na década de 1975-1984 deram-se entre pessoas residentes no território administrativo da freguesia e 32,6% entre residentes na mesma aldeia.

⁽¹⁰⁾. As transacções de bens imóveis estão compiladas a partir de 1969 (ano de constituição dum novo cadastro) para os terrenos e a partir de 1939 para as habitações. Os terrenos recenseados na freguesia de Almalaguês são 9627. Foram tomadas em consideração as compras e vendas relativas a todos os terrenos recenseados, mas as heranças e doações só foram tomadas em conta relativamente aos primeiros 5950.

A mulher tecedeira continua a ser a figura central que permite o funcionamento duma economia deste tipo. Representa o elo de ligação entre o ciclo industrial e o ciclo agrícola, exprimindo a continuidade da família como unidade de trabalho. Com efeito, a mobilidade «externa» que encaminhou para a produção concentrada cerca de 80% da população activa masculina, envolveu em medida menor as mulheres (e prevalentemente as solteiras) que continuaram a desempenhar o seu papel produtivo no interior da casa. As tecedeiras representavam 64,2% da população activa feminina, tendo diminuído pouco em relação aos 71,9% do levantamento anterior.

O mundo da tecelagem parece não ter sofrido nenhuma alteração. O trabalho do tear continua a fazer-se em casa dos produtores, nos mesmos espaços, com os mesmos instrumentos de trabalho, sem nenhuma modernização técnica nem organizativa da produção. As tecedeiras continuam a alternar o trabalho do tear com o trabalho agrícola e com todas as outras tarefas relativas aos cuidados da família. Trabalham sobretudo por encomenda, para as intermediárias; o número destas aumentou (7-8) e todas elas são do local. As únicas modificações que é possível averiguar no mundo da tecelagem dizem respeito à qualidade dos produtos, que hoje é melhor, e aos circuitos da comercialização: o mercado dilatou-se e exige produtos de qualidade superior. Todos os progressos de tecelagem reforçaram os circuitos da intermediação quer a nível de comercialização dos produtos quer a nível de controlo directo da qualidade da produção na fase da tecedura.

As tecedeiras, embora algumas delas e sobretudo as mais novas apresentem uma mais vincada propensão para a fábrica, não estão dispostas a renunciar aos seus hábitos de trabalho extremamente livres, adquiridos em casa, nem àquelas margens de autonomia na organização do seu tempo de trabalho que lhes permitem simultaneamente, conforme as exigências, cuidar da família e da lavoura. Elas parecem ter interiorizado um modelo de actividade que mal se consegue harmonizar com o modelo proposto pela indústria. Algumas dificuldades objectivas do mercado de trabalho juntam-se portanto com formas de resistência subjectivas das trabalhadoras que continuam como dantes a dedicar-se à tecelagem em casa e a todas as outras actividades que julgam essenciais para o equilíbrio da família. Desta maneira representam a garantia principal de continuidade dos princípios básicos tradicionais em que estavam moldados os papéis de trabalho familiares; garantem a coesão interna do núcleo e proporcionam a garantia principal de estabilidade e segurança capazes de o proteger contra uma dispersão excessiva.

Os Operários de Antanhol, Eiras e Adémia

Intensificam as Actividades Independentes e de Autoconsumo

As transformações das aldeias operárias representam o reverso das que se verificaram em Almalaguês. Os operários tornam-se pequenos proprietários e produtores independentes, intensificam as estratégias de diversificação económica baseada na compra de terra e no empreendimento duma actividade independente.

Esta tendência pode ser facilmente interpretada como a resposta «espontânea» às novas formas de rigidez do mercado do emprego que atingem as categorias operárias de qualquer ordem e grau. Em termos humanos, a crise económica a seguir à revolução de Abril representou desemprego, despedimentos, salários atrasados, contratos a prazo e nem só isso. As componentes tecnológicas das transformações em curso no mundo da produção reduziram sensivelmente a percentagem dos trabalhadores de que a indústria precisa para a produção de bens. A percentagem dos operários na população activa masculina baixou entre 1971 e 1986 em todas as aldeias: em Antanhol passou de 60,9% para 37,7%, em Eiras de 47,2% para 44,2% e também na Adémia, embora aqui a baixa seja imperceptível, desceu de 48,1% para 47,8%.

A diminuição dos operários não teve influência significativa na taxa da população activa que permaneceu quase inalterada⁽¹¹⁾ e sobretudo não significa um redimensionamento dos trabalhadores que recebem um rendimento fixo no mercado do trabalho. Com efeito, no decurso dos últimos quinze anos, eles continuaram a representar uma quota-parte relativamente constante da população e uma percentagem sempre crescente das forças de trabalho globais⁽¹²⁾; a diminuição dos homens foi em grande parte compensada por um aumento das mulheres⁽¹³⁾ e, em geral, a diminuição deve ser posta em relação com o aumento do nível de escolarização que atrasou a entrada dos mais novos no mercado do trabalho e com o sistema de reforma que acelerou a saída dos trabalhadores mais velhos.

Assistimos simplesmente a uma deslocação no quadro das actividades exercidas: enquanto a percentagem dos operários diminui, cresce a percentagem dos trabalhadores empregados nas actividades de serviço, na distribuição e coordenação; estão presentes também alguns empregados com formação profissional, técnica ou comercial e com um diploma de estudos superiores. O sector dos empregados foi o que registou o maior incremento: a percentagem dos empregados na população activa

⁽¹¹⁾. A taxa da população activa, no total da população de 14 anos em diante, entre 1971 e 1986 permaneceu constante em Eiras e na Adémia (respectivamente 54,8% e 54,9%; 55,8% e 55,0% enquanto diminuiu em Antanhol (de 65,4% para 49,4%; contudo neste último caso a redução é mais aparente do que real devido à presença marcada tal como em Almalaguês (onde a taxa da população activa baixou de 70% para 62%) de trabalhadores empregados e subempregados que, no segundo levantamento de 1986, figuram dentro da modalidade diferentes (reformados, estudantes, etc.).

⁽¹²⁾. Com efeito os trabalhadores dependentes, no total da população de 14 anos em diante, subiram em Eiras de 44,9% para 45,7% e na Adémia de 42,7% para 45,7% enquanto sofreram uma ligeira diminuição em Antanhol, onde baixaram de 45,8% para 41,0%. No total da população activa em condição profissional houve uma subida em todas as aldeias: de 70,1% para 83,1% em Antanhol, de 82,0% para 83,2% em Eiras e de 76,5% para 83,2% na Adémia.

⁽¹³⁾. A proporção das mulheres na população activa global subiu passando em Eiras de 30,9% para 38,3% e na Adémia de 32,3% para 39,8%; em Antanhol diminuiu ligeiramente, de 39,8% para 34,7%. A proporção das mulheres na população activa que desempenha uma actividade dependente subiu em todas as aldeias: de 31,1% para 36,4% em Antanhol, de 30,1% para 37,1% em Eiras e de 32,1% para 39,4% na Adémia.

masculina subiu em Antanhol de 6,8% em 1971 para 32,1% em 1986, em Eiras de 11,2% para 24,3% e na Adémia de 6,1% para 25,7%.

Entre as mulheres o incremento foi ainda mais relevante: a percentagem das empregadas na população activa feminina aumentou em Antanhol de 0,7% para 33,7%, em Eiras de 6,9% para 19,5% e na Adémia de 2,4% para 18,9%. A instrução foi elemento crucial que permitiu implantar estratégias mais complexas de mobilidade social⁽¹⁴⁾.

Quer trabalhe para um salário ou para um ordenado, quer desempenhe um trabalho simples na fábrica ou numa função de ordem superior o trabalhador, em vez de cortar todos os contactos com a actividade independente passando a depender exclusivamente da empresa onde trabalha, visou uma política activa de sinal contrário, assumindo a iniciativa dum número sem fim de actividades independentes. Já vimos que, há quinze anos, a política de diversificação produtiva constituía a estratégia principal através da qual as famílias operárias procuravam não descer abaixo dos níveis mínimos de subsistência. Hoje em dia, conforme veremos, encontram-se em condições mais favoráveis para seguir uma política análoga.

As estratégias de diversificação económica desdobram-se ao longo de dois caminhos principais: as actividades de autoconsumo conexas com a propriedade agrícola e as iniciativas comerciais e empresariais. Vamos considerá-las separadamente e vejamos como se entrelaçam e se complementam reciprocamente.

Em todas as aldeias assistimos a uma progressiva e ininterrupta consolidação da pequena propriedade independente. Eiras é altamente significativa neste sentido: aqui mais que metade da terra estava nas mãos de cinco ou seis grandes proprietários que a subdividiam em lotes para arrendamento; quanto ao resto, ao lado duma grande empresa capitalista, havia uma camada muito limitada de produtores independentes, muitas vezes tributários das empresas maiores no respeitante à força de trabalho. No decurso de quinze anos os proprietários agrícolas desapareceram e os pequenos produtores independentes passaram a ser mais que o dobro.

Esta transformação não foi o resultado duma intervenção «externa» (não houve, nesta zona, acções organizadas de ocupação das terras nem se realizou nenhuma intervenção de reforma agrária)⁽¹⁵⁾; tratou-se antes duma «revolução» silenciosa, surgida espontaneamente «da base». No clima revolucionário, os proprietá-

⁽¹⁴⁾. Há quinze anos as aldeias tinham uma taxa de analfabetismo pelo menos de 20% entre os homens e de 40% entre as mulheres. O analfabetismo atingia picos acima de 90% na população feminina das classes etárias mais idosas. Hoje em dia, pelo menos nas classes etárias mais novas todos sabem ler e escrever. Quase metade possuem o grau mínimo de instrução e pelo menos uma terça parte frequentou alguns cursos além da escola obrigatória. Finalmente uma percentagem mínima, mas significativa, conseguiu um curso superior ou a licenciatura.

⁽¹⁵⁾. A Reforma Agrária actuou em grande escala nos distritos do Alentejo (Beja, Évora, Portalegre) dominados pelos grandes latifundiários capitalistas, onde 70% da população, antes do 25 de Abril, era constituída por jornaleiros sem terra. Aí, na onda da revolução, desenvolveram-se os maiores movimentos de luta e ocupação de terra do país.

rios começaram a ceder por um preço baixo casas e terrenos, preferindo um pagamento imediato, por mínimo que fosse, às indemnizações incertas dos governos revolucionários. As vendas de terrenos nos seis anos a seguir à revolução subiram vertiginosamente: 20% em Eiras, acima de 100% na Adémia. O mesmo aconteceu com heranças e doações, embora com um ritmo mais intermitente, descontínuo. Assim, entre compras e vendas, heranças e doações o ideal duma propriedade independente, nem que fosse somente de algumas centenas de ares, tornou-se uma realidade para muitas famílias. Há quinze anos, em Eiras e Adémia só um terço das famílias cultivavam uma horta e/ou terras; hoje em dia são acima de metade. Também em Antanol, onde já estavam amplamente representados, o número dos pequenos produtores independentes cresceu ultimamente. Em particular, os que cultivavam um quintal eram 5,1% em Eiras e 7,6% na Adémia; os que cultivavam terras eram 27,6% em Eiras e 29,4% na Adémia. Presentemente os que cultivam um quintal são 4,7% em Eiras e 5,8% na Adémia, mas os que cultivam terras mais amplas são 46,8% em Eiras e 40,4% na Adémia. Em Antanol os que cultivam um quintal subiram desde 30,6% até 35,6% e os que cultivam terras passaram de 40,3% para 42,0%.

As estratégias de acesso à terra baseiam-se, em primeiro lugar, na alta dos salários nos primeiros meses a seguir ao 25 de Abril e na possibilidade de comprar terrenos por baixo preço no novo clima político que levava os proprietários a vender. A outra condição essencial que tornou possível o aproveitamento das novas oportunidades de acesso à terra foi o suporte das relações de parentesco (através da concessão de empréstimos, da colaboração prestada nas actividades agrícolas, etc.).

Se, por um lado, a política da terra abriu novas possibilidades económicas, a outra directriz estratégica da diversificação baseada na livre iniciativa comercial e industrial — graças sobretudo ao desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços nas aldeias e à difusão de novos modelos de consumo entre a população — proporcionou possibilidades melhores e mais numerosas. O operário não é somente dependente da fábrica, é um mecânico ou um operário especializado que deseja possuir a sua oficina na aldeia; o assalariado já não é apenas um empregado subalterno ou um servente ou um moço de fretes é, também, um agricultor e um especialista de serviços num ou noutro ramos de actividade que trabalha por conta própria e criou na aldeia a sua clientela. Hoje em dia, ao lado das estratégias visadas antigamente, vemos novas possibilidades de realizar estratégias de diversificação que podem ser afectadas com menos dificuldade e de forma mais rentável, não só por ter crescido a procura de serviços e de especializações, mas também por haver mais tempo à disposição.

Normalmente, o trabalhador começou por exercer por conta própria uma actividade que é a prossecução directa daquela que exerce na cidade por conta de terceiros: quem trabalha como mecânico pôs uma pequena oficina na aldeia; quem trabalha como electricista exerce a actividade por conta própria; quem trabalha numa fábrica de madeira implantou uma pequena oficina de marceneiro, etc. E nos casos em que não consegue alcançar expansão ou melhoramento no sector em que opera, o trabalhador procura construir a sua independência também noutros campos: neste caso,

além de todas as combinações possíveis de trabalho assalariado e trabalho agrícola, temos uma variedade enorme de combinações diferentes.

Todas as pequenas adaptações e deslocações descritas acabaram por modificar em todas as aldeias a fisionomia dos agregados domésticos. O conjunto de famílias «proletárias» que dependem exclusivamente do mercado do trabalho foi diminuindo ao passo que o das famílias «mistas» que tiram os seus rendimentos de fontes diferentes tornou-se mais numerosa. Com efeito os agregados domésticos «proletários» entre 1971 e 1986, desceram em Antanhol de 43,2% para 39,1%, na Adémia de 66,0% para 48,7% e em Eiras, onde a inversão de tendência foi mais vincada, de 61,5% para 39,1% (tabela 1). Os agregados domésticos com uma única fonte de rendimento reduziram-se a metade, passando em Antanhol 52,4% para 32,2%, na Adémia de 75,6% para 47,4% e em Eiras de 67,6% para 37,8%. Os agregados domésticos com rendimentos de duas fontes diferentes subiram na Adémia de 22,9% para 36,6%, em Eiras de 32,4% para 46,8%; em Antanhol, onde já antigamente tinha ampla difusão a combinação de trabalho industrial e autoconsumo também aumentaram, embora pouco, subindo de 43,7% para 44,8%. Mas convém salientar acima de tudo que os agregados domésticos com rendimentos de três ou quatro fontes diferentes, quase inexistentes há quinze anos, passaram a ser cerca de dois em cada dez subindo em Antanhol de 3,9% para 23,0%, na Adémia de 1,5% para 16,0% e em Eiras, onde não havia nenhum, constituem hoje 15,4% (tabela 2).

Tabela 2. Fontes de rendimento dos agregados domésticos em 1971 e em 1986

fontes de rendimento	Aldeias							
	1971				1986			
	Almalaguês	Antanhol	Eiras	Adémia	Almalaguês	Antanhol	Eiras	Adémia
<i>uma</i>	57.8	52.4	67.6	75.6	9.2	32.2	37.8	47.4
<i>duas</i>	42.2	43.7	32.4	22.9	75.5	44.8	46.8	36.6
<i>três ou quatro</i>	—	3.9	—	1.5	15.3	23.0	15.4	16.0
<i>Total</i>	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
<i>Número de casos</i>	223	206	312	262	216	174	233	156

A fonte de rendimentos é portanto o emprego, mas também a propriedade e o exercício duma actividade independente. A diversificação, visada através duma rigorosa disciplina de grupo, permitiu que as famílias aproveitassem as únicas possibilidades de melhoramento e satisfizessem as novas necessidades de subsistência que, de discricionais, se tornaram necessárias. É neste campo que se devem procurar as verdadeiras causas do progresso económico e das discrepâncias entre as relações de produção capitalista e as relações de produção social, que alguns estudiosos

evidenciaram, sublinhando o seu papel fundamental de consenso político nas democracias dos países semiperiféricos⁽¹⁶⁾.

Quais são as condições que permitiram aproveitar as novas oportunidades de melhoramento económico através da diversificação das actividades, e quais as consequências que introduziram nas relações e na subdivisão das funções no interior da família?

Tal como antigamente, a estrutura compacta do núcleo familiar (em particular a colaboração entre cônjuges) continua a ser o elemento básico das estratégias de resistência perante a dependência exclusiva do salário. Todas as estratégias individuais levam, com efeito, a enquadrar um cenário de acção mais complexo, o da família. As iniciativas e actividades que cada um parece visar individualmente entrelaçam-se de muitas maneiras, amparam-se e condicionam-se reciprocamente, sobretudo com vista a proteger os componentes que se acham nas situações de trabalho mais melindrosas. A maior complexidade económica da família assenta na flexibilidade e na inter-dependência dos papéis produtivos dos seus componentes, num sistema integrado de actividades que vincula também as gerações mais novas.

A diversificação a caminho do autoconsumo implicou uma modificação da subdivisão do trabalho no âmbito do núcleo familiar, uma redefinição contínua e uma adaptação das funções familiares às novas exigências produtivas. Cada família, tal como no passado, resolve à sua maneira a exigência de manter uma relação com a terra, de acordo com as fases do seu ciclo de desenvolvimento, com o número dos componentes e com os recursos disponíveis. Mas para além da variabilidade dos casos individuais, podemos individualizar algumas linhas de tendência que parecem inverter, ou pelo menos contrastar as tendências que tinham surgido anteriormente.

A força de trabalho feminina tendia a substituir e integrar a masculina na agricultura, conforme parecia sugerir a falta de linearidade do abandono agrícola por parte das mulheres. Hoje em dia, as mulheres estão presentes em número crescente no mercado do trabalho da cidade, mas não precisam renunciar à actividade extra-doméstica para intensificar o seu empenho agrícola. São antes os homens que intensificaram as actividades agrícolas: têm mais tempo à disposição (horário diário reduzido, sábado livre, férias, etc.) e a terra, graças ao emprego de meios mecânicos e à maior eficiência produtiva, dá mais rendimento e requer menos trabalho. Sem dúvida as mulheres trabalham na fábrica enquanto solteiras e, com o nascimento dos filhos, tendem a deixar a actividade extra-doméstica para se dedicarem à casa e aos cuidados da horta e dos animais. Todavia, existindo facilidades e serviços sociais — embora insuficientes —, que dantes não existiam (por exemplo: os transportes que fazem poupar 3-4 horas de caminho a pé, os electrodomésticos que deixaram livre uma parte

⁽¹⁶⁾. O autor que introduziu e elaborou mais sistematicamente tais conceitos é Boaventura de Sousa Santos, *Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial*, «Análise Social» n.º 87/88/89, 1985, págs. 872 e segs; Id., *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1984)*, Edições Afrontamento, Porto 1990.

do tempo empregue nas tarefas da casa, os jardins escolas, etc.), o número de mulheres que continuam a trabalhar na cidade mesmo depois de casadas é maior do que era dantes. As casadas empregadas a tempo inteiro em actividades extra-domésticas aumentaram de 19,8% para 27,5% em Antanho; de 17,7% para 38,1% em Eiras e de 22,7% para 34,4% na Adémia. E, se tomarmos em consideração a actividade da mãe em relação ao filho menor, veremos que a percentagem das mães que trabalham a tempo inteiro fora de casa aumentou quer no período em que o filho menor ainda não fez 6 anos quer quando tem uma idade entre 6 e 14 anos⁽¹⁷⁾.

Há mais uma variável que ajuda a definir o carácter qualitativamente diferente do trabalho feminino no âmbito da família: é a própria composição do núcleo doméstico. Com efeito, se analisarmos o emprego da mãe em relação à estrutura parental de convivência, veremos que as mulheres com uma actividade a tempo inteiro fora de casa pertencem a famílias extensas ou alargadas em percentagem mais elevada em comparação com o levantamento anterior: subiram em Antanho de 20,0% para 31,1%, em Eiras de 30,6% para 42,6% e na Adémia de 34,5% para 42,9%.

A diversificação económica juntou-se, numa relação de interacção recíproca, com uma presença mais vincada de formas familiares complexas: as famílias extensas subiram em Antanho de 19,4% para 25,8%, na Adémia de 11,1% para 12,8% ao passo que em Eiras ficaram praticamente inalteradas: 15,7% e 15,0%. Sem dúvida, o modelo de grupo doméstico não é a principal condição para intensificar as possibilidades económicas das famílias e a cooperação, conforme tivemos a oportunidade de observar, vai muito além do restrito núcleo co-residente, mas parece contudo existir ainda, tal como dantes, alguma relação entre a estrutura do agregado doméstico e a possibilidade de ampliar as opções económicas. Com efeito, as famílias extensas tiram os seus rendimentos de fontes diferentes em 26,4% dos casos em Antanho, em 19,7% em Eiras e em 13,8% dos casos na Adémia, ao passo que as percentagens das que possuem só rendimentos de salário são constantemente inferiores: 25,0% dos casos em Antanho, 7,7% em Eiras e 11,9% na Adémia. A função económica mais complexa une os componentes da família em volta dum projecto comum favorecendo a sua estrutura compacta e a coesão, pondo em acção dinâmicas de sentido contrário daquelas que actuavam anteriormente e que favoreciam, pelo contrário, a sua divisão e dispersão.

Uma confirmação indirecta deste comportamento das famílias é-nos dada pela análise das actas relativas a heranças e doações: tal como no passado, os bens possuídos partilham-se em partes iguais entre todos os filhos, mas parece que se intensificaram os processos de «divisibilidade preferencial» que tendem a favorecer um filho (ou mais que um) em relação aos outros, até para limitar uma excessiva

⁽¹⁷⁾. Em Antanho subiu, respectivamente, de 23,1% para 45,7% e de 26,2% para 37,5%; em Eiras, de 23,3% para 61,0% e de 15,7% para 55,2; e na Adémia, de 30,0% para 43,7% e de 22,2% para 54,5%.

fragmentação das terras⁽¹⁸⁾. O exame das actas de compra e venda deixa entrever a intensificação de estratégias de emparcelamento fundiário, numa situação de elasticidade do mercado da terra que impele nesta direcção⁽¹⁹⁾.

O quadro demográfico apresenta fracturas em relação às tendências individualizadas anteriormente: a idade média ao primeiro casamento continua a baixar, tanto para os rapazes como para as raparigas nas três comunidades, sem se traduzir num aumento da fertilidade dos casais; pelo contrário, devido à difusão mais capilar das praxes contraceptivas e aos novos modelos culturais entre os jovens, está-se a acentuar a redução progressiva do número dos filhos. Porém os modelos de casamento apresentam-nos algo de novo em relação ao passado que nos leva a reflectir. Com efeito, se considerarmos o âmbito do mercado matrimonial notamos uma inversão de tendência em relação à situação anterior que evidenciava uma dilatação progressiva da área geográfica de recrutamento dos esposos⁽²⁰⁾. A exigência de escolher o cônjuge no interior dum meio geográfico restrito sugere-nos um comportamento que procura evitar qualquer perspectiva de dispersão e reforçar, com o casamento, laços sociais e económicos que permitem conservar e ampliar a oportunidade de acesso aos recursos.

A diversificação económica junta-se, portanto, a formas concretas de organização familiar e demográfica. A possibilidade de intercâmbio e a flexibilidade das funções produtivas, a estrutura alargada ou extensa do núcleo doméstico, a intensificação dos processos de divisibilidade preferencial, a persistência dos casamentos endogâmico-residenciais evidenciaram-se como alguns dos elementos estratégicos fundamentais postos em acção por parte das famílias com vista à segurança e ao melhoramento económico.

Todas as estratégias das famílias devem ser, por sua vez, enquadradas nas redes de aliança que constituíram o instrumento necessário para a sua realização. Nestes anos todos construíram ou empreenderam alguma coisa, e não podemos deixar

⁽¹⁸⁾. Os casos de heranças diferenciadas, no total das actas que dizem respeito a mais que um herdeiro, em Antanol subiram de 5,3% do período 1969-1974 para 21,4% em 1975-1980 e para 33,3% no período 1981-1986; em Eiras temos 50,0% nos períodos 1969-1974 e 1975-1980, e 53,6% no período 1981-1986; na Adémia, depois de terem descido de 47,8% no período 1969-1974 para 32,8% no período 1975-1980, tornaram a subir até 45,6% no período 1981-1986.

⁽¹⁹⁾. Os processos de emparcelamento em Antanol, depois do inicial 3,1% do período 1969-1974, passaram para 10,0% em 1975-1980 e para 7,6% em 1981-1986; em Eiras temos: 7,4% em 1969-1974, 7,0% em 1975-1980 e 9,9% em 1981-1986; na Adémia, 4,2% em 1969-1974, 14,1% em 1975-1980 e 11,3% em 1981-1986.

⁽²⁰⁾. A percentagem dos casamentos internos à freguesia nos dez anos entre 1975 e 1984, em relação à década anterior, sobe em Eiras de 40,4% para 47,9%; diminuiu ligeiramente na Adémia, passando de 41,8% para 39,8% enquanto em Antanol, onde se reduz sensivelmente (de 64,6% para 26,5%) podemos ainda considerar endogâmicos pelo menos 70% dos casamentos; com efeito, em 48,5% dos casos em que um dos esposos é externo à freguesia, procede, em 9 casos cada 10, duma freguesia limítrofe.

de reconhecer, pela maneira como os negócios surgiram e foram conduzidos, a influência e o suporte da vizinhança e do parentesco. Também no passado as relações de solidariedade que se agregavam em volta da função da reprodução, eram os elementos estratégicos da criação de segurança. Funções e métodos não mudaram mas, em todo aquele novo movimento de dinheiro, de mercadorias, de oportunidades alargaram-se os campos de intervenção e tornou-se mais rápida a velocidade de acção: reforçaram-se ou surgiram novas alianças económicas no âmbito do parentesco e da vizinhança, do grupo de amigos.

Quais são as conclusões que podemos tirar da análise efectuada? O rumo ascendente do bem estar relativo dos habitantes, conforme já vimos, foi o mesmo para todos e consistiu na diversificação das actividades e das fontes de rendimento. Sem dúvida, a explicação destas opções estratégicas reside em parte nos laços de continuidade com as formas rurais e da aldeia em que os nossos protagonistas cresceram. Para tudo o mais, a explicação terá que ser procurada numa série de interdependências económicas muito mais amplas (com carácter nacional e internacional) que vinculam os esforços dos indivíduos dentro de espaços de acção restritos e definidos. A revolução portuguesa não modificou a posição intermédia (semiperiférica) que o país ocupava na estratificação hierárquica da economia-mundo. Tal como outros países da semiperiferia que tiveram experiências de transformações sociais e económicas profundas, muitas vezes acompanhadas por perturbações políticas, Portugal permaneceu na mesma posição intermédia que ocupava anteriormente; por outras palavras, não conseguiu alcançar o grupo restrito de estados que a cada momento determinam os padrões de «status» e de riqueza no sistema-mundo⁽²¹⁾. Nestas condições, tal como em todos os países semiperiféricos, é normal coexistirem actividades assalariadas e de autoconsumo; por outras palavras, é normal que o salário não consiga garantir a subsistência e deva ser integrado por outras formas de rendimento. O proletariado reforçou o seu poder social depois da época salazarista mas não o pode reforçar demasiado: doutra maneira deixaria de haver a vantagem para o investimento industrial (sobretudo por parte do capital estrangeiro) que se baseia precisamente nos baixos níveis de remuneração dos países semiperiféricos. O Estado

⁽²¹⁾. Acerca da existência de um grupo intermédio (semiperiférico) de estados, relativamente estável na economia-mundo, em contradição quer com a teoria da modernização (segundo a qual as posições intermédias são temporárias por serem *transitórias* no caminho do atraso para a modernidade) quer com a teoria da dependência (as posições intermédias são temporárias por serem *residuais* em relação às tendências polarizadoras que empurram para o centro ou para a periferia), cf. Arrighi, J. Drangel, *The Stratification of the World-Economy. An Exploration of the Semiperipheral Zone*, «Review», X,1, Verão de 1986, págs. 9-74. Acerca da posição semiperiférica de Portugal na estratificação da economia-mundo, cf. G. Arrighi, *Fascism to democratic socialism*, em G. Arrighi (organização de ...), *Semiperipheral Development. The politics of southern Europe in the Twentieth Century*, Sage Publications, Beverly Hills - London - New Delhi, 1985, págs. 243-279. A. Mateus, *Economias semiperiféricas e desenvolvimento desigual na Europa (reflexões a partir do caso português)*, «Economia e Socialismo», ano XI, n.º 72-73, Dezembro de 1987, págs. 41-62. B. de Sousa Santos, *ob. cit.*

e a fábrica não proporcionam ordenados nem reformas tão elevados que possam bastar para viver e cada um deve adicionar os recursos das suas iniciativas pessoais. As estratégias de diversificação económica das famílias são, portanto, coerentes com um emprego do tempo-trabalho que visa a satisfação das expectativas imediatas de rendimento e a segurança numa perspectiva temporal mais longa; permitiram melhorar o nível de vida em relação ao período anterior e, dentro das estruturas técnico-institucionais existentes, permitem otimizar o equilíbrio económico básico. Naturalmente a rede das relações solidaristas permanece a condição e o incentivo constante de qualquer estratégia de sobrevivência e de melhoramento económico.

¹⁰ A ideia de que a família é o núcleo central da organização económica e social é uma ideia antiga, mas que se tornou especialmente relevante no contexto da economia de mercado. A ideia de que a família é o núcleo central da organização económica e social é uma ideia antiga, mas que se tornou especialmente relevante no contexto da economia de mercado. A ideia de que a família é o núcleo central da organização económica e social é uma ideia antiga, mas que se tornou especialmente relevante no contexto da economia de mercado.